



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

DOI: 10.15448/1677-9509.2018.2.29622

Remanejamento, empobrecimento e mudanças no cotidiano familiar na cidade de Belém-PA

Relocation, impoverishment and changes in family daily life in the city of Belém-PA

EUCICLEIA DIAS DA COSTA*

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA**



RESUMO – Este artigo apresenta resultados de pesquisa acerca dos efeitos da perda da moradia na vida cotidiana de famílias remanejadas pelo governo estadual e que se encontram em fase de transição entre a casa de origem e a nova casa onde foram reassentadas. Para tanto, utilizou-se pesquisa documental e de campo, com aplicação de formulário e inventário de rotina junto às famílias. Os resultados demonstram mudanças significativas na vida cotidiana, com priorização de atividades privativas da vida doméstica em detrimento das atividades de socialização comunitária. Conclui-se que a perda da casa de origem e a submissão das famílias à condição de locatárias agravou sua condição de pobreza e marginalização.

Palavras-chave – Remanejamento. Empobrecimento. Cotidiano.

ABSTRACT - This article presents research results about the effects of the loss of housing in the daily life of families that have been relocated and are in transition phase – between the house of origin and the house where they will be resettled by the state government. For that, documentary and field research were used, with application of form and routine inventory with the families. The results demonstrated significant changes in daily life with prioritization of private activities of the domestic life to the detriment of community socialization activities. It is concluded that the loss of the home of origin and the submission of the families to the condition of tenants aggravated their condition of poverty and marginalization.

Keywords – Relocation. Impoverishment. Daily.

* Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Assistente Social no colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, Belém-PA/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/8328769550631407>. E-mail: eucicleiadias10@hotmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/2325286514501589>. E-mail: solgayoso@ufpa.br.
Submetido em: janeiro/2018. Aprovado em: setembro/2018.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa que compõe a Dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA¹, cujo objetivo, com base na intervenção estatal no Projeto de Urbanização da Comunidade Riacho Doce, foi verificar os efeitos do remanejamento na vida cotidiana de famílias obrigadas a saírem de seus locais de moradia.

Historicamente, a Região Metropolitana de Belém (RMB) tem se constituído palco de intervenções urbanísticas iniciadas no final do século XIX e início do século XX, mediante ações de uma política higienista, com obras de embelezamento e saneamento que visam a organizar esteticamente o espaço urbano. Estudos de Derenji (1994) e Santana (2006) avaliam que, nesse período, os chamados “cortiços” e as barracas existentes na cidade foram demolidos, pois buscava-se eliminar tudo o que aludisse à insalubridade e à falta de condições higiênicas, culminando na expulsão dos pobres do centro da cidade para áreas mais distantes. Essas medidas de caráter higienista inauguraram as primeiras ações de remanejamento urbano na cidade de Belém.

No século XX, durante os anos de 1960 até o início da década de 1980, esse processo de urbanização se intensificou e as ações de deslocamento compulsório tornaram-se cada vez mais frequentes, caracterizando intervenções urbanas governamentais de interesse puramente econômico. Conforme Abelém (1988), as intervenções urbanas em Belém oscilavam entre a melhoria da qualidade de vida dos moradores da área e a possibilidade de retorno financeiro após as intervenções. Lefebvre (2001), considera que a urbanização deve compreender o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. Contudo, observa-se, que, historicamente, o interesse financeiro vem se sobrepondo à melhoria de vidas dos moradores citadinos, havendo maior concentração nos investimentos voltados ao desenvolvimento e lucratividade do capital, gerando, dessa forma, uma das expressões da questão social: a segregação socioespacial, conforme se observa na cidade de Belém.

Em 1968, por exemplo, ocorreu uma das maiores intervenções urbanísticas no centro da cidade de Belém, que resultou no remanejamento de moradores das áreas de baixadas dos bairros do Reduto e Umarizal para o bairro da Marambaia. Segundo TRINDADE JR. (1998), mais de 2.000 famílias foram remanejadas. Outra intervenção de grande porte, ocorrida em 1976, provocou o remanejamento de cerca de 828 famílias de suas habitações de origem para o conjunto Providência, construído pelo governo estadual (IDESP, 1990).

Os dados da Companhia de Habitação do Pará (COHAB) e da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) de Belém apontam que, da década de 1990 (séc. XX) até a década de 2000 (séc. XXI), em toda a RMB, o número de famílias atingidas pelas obras de urbanização, saneamento e infraestrutura e submetidas ao remanejamento forçado chega ao quantitativo de 13.131 famílias². Caso se tome como referência o número de 3,7 pessoas por família na região Norte (IBGE/2010), pode-se afirmar que cerca de 48.584 pessoas se viram obrigadas a deixar suas moradias em decorrência das obras governamentais de urbanização da cidade.

Os efeitos negativos causados pelo remanejamento na organização social familiar são apontados em vários estudos, como os de Cernea (2004), Muggah (2014), Santos (2007), Zitzke (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012), Ribeiro (2012), Souza e Santana (2013), Passos e Praxedes (2013), Pereira (2014), Menezes (2015) e Costa (2015).

Souza e Santana (2013) chamam a atenção para o fato de que houve uma mudança significativa quanto às diretrizes da política habitacional. No desenho contemporâneo da política habitacional brasileira, os investimentos federais concretizados em projetos urbanísticos direcionam ações voltadas à permanência das famílias no local urbanizado. Contudo, os resultados das pesquisas apresentadas por essas mesmas autoras e, também, por Costa, Perdigão e Cavalcante (2015) e por Santos e Costa (2017) apontam para a existência de diferentes condicionantes que influenciam na permanência, ou não, das famílias nas áreas urbanizadas. Embora tais estudos já apontem relevantes resultados sobre as consequências do remanejamento nas condições de vida das famílias, entende-se que há necessidade de avançar nas pesquisas em busca de maior conhecimento acerca dessa questão. É nesse sentido que se coloca a presente pesquisa, em que, a partir do estudo das rotinas das famílias, identificam-se efeitos do remanejamento no seu cotidiano.

Para a interpretação da realidade, e com vista à apreensão da totalidade do fenômeno estudado, a pesquisa tomou como referência o método da teoria social marxiana. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem quanti-qualitativa dos dados. A investigação proposta assumiu como referência os trabalhos de Avaliação Pós-Ocupação, publicados no período de 2003 a 2014, com ênfase nas questões sobre a adaptação habitacional. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa documental e de campo. Dentre os documentos pesquisados, encontram-se o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (BELÉM, 2001), o Projeto de Trabalho Técnico Social Riacho Doce (COHAB, 2008), o Plano de Remanejamento Riacho Doce (COHAB, 2011) e a relação de famílias que recebem auxílio-moradia (COHAB, 2017).

A pesquisa de campo foi realizada junto às famílias residentes nas áreas selecionadas para remanejamento. Das 42 famílias visitadas na Comunidade do Riacho Doce, 08 aceitaram participar da pesquisa nas duas etapas de coleta de dados, o que representa uma amostra de 19,04%³. Quanto à seleção da amostra, esta se deu por conveniência, na medida em que foram inseridos os moradores que aceitaram responder as questões contidas nos instrumentos utilizados pela pesquisa e que atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a primeira, no ano de 2014, período caracterizado como anterior ao remanejamento; a segunda, no ano de 2016, momento posterior ao remanejamento. Para a coleta de dados, foram utilizados o Questionário de Adaptação Habitacional (QAH)⁴, o Inventário de Rotina Familiar (IRF)⁵ e a entrevista não estruturada. Após análise das entrevistas, verificou-se a necessidade de realizar um inventário dos bens não duráveis (eletrodomésticos e móveis). Após a coleta, os dados foram armazenados em um banco de dados estruturado no programa Excel 2002, permitindo gerar estatísticas descritivas, apresentadas em formatos de gráficos e quadros.

As reflexões a seguir apresentadas têm o propósito de debater sobre o cotidiano como categoria de análise importante na aferição das mudanças na vida das famílias remanejadas; e discutir a intervenção governamental, sobre o processo de remanejamento e sobre as mudanças nas rotinas das famílias, apontando as principais condicionantes para definição das melhorias ou não de suas condições de vida. Na última parte do texto, serão apresentadas as conclusões.

Remanejamento e mudanças na vida cotidiana

Conforme aponta Bartolomé (2000), os impactos causados pelo remanejamento estão relacionados: (i) às estratégias de sobrevivência das famílias, como as redes de solidariedade; (ii) aos mecanismos de apropriação simbólica do ambiente natural e social, no que se refere aos significados atribuídos a objetos e paisagens; (iii) aos locais sagrados; e, (iv), aos sistemas de status social e relacionamentos, que dizem respeito à interação efetiva entre um grupo e outro, ou seja, à relação de poder estabelecida. Pontes (2013) afirma que o deslocamento gera mudança excepcional no cotidiano e no modo de vida de uma população, provocando transformações substanciais no espaço em que esta desenvolvem suas atividades.

O estudo do cotidiano foi abordado em ensaios de Maria do Carmo Brant Carvalho e José Paulo Netto (primeira edição em 1987), publicados sob o título “Cotidiano: conhecimento e crítica”. Neles, os autores destacam as reflexões de Henri Lefebvre, Agnes Heller e Lukács. Apoiados em Lefebvre, Carvalho e Netto afirmam que o cotidiano é gerido pelo Estado e pela produção capitalista de bens de consumo, sendo uma das estratégias de controle as campanhas publicitárias que moldam e manipulam os sonhos e as fantasias. Afirmam, ainda, que o cotidiano não se restringe a fenômenos microssociais opostos ao macrosociais, mas, sim, comporta uma totalidade, a qual pode ser observada a partir de três perspectivas convergentes:

A primeira delas diz respeito à busca do real e da realidade [...], a vida cotidiana compreende o dado sensível e prático, o vivido, a subjetividade fugitiva, as emoções, os afetos, hábitos e comportamentos [...]; a segunda perspectiva diz respeito à totalidade [...], numa totalidade, se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade. As partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade [...]; a terceira perspectiva diz respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto motora de transformações globais. A vida cotidiana tem se insinuado como um dos centros motores das atuais possibilidades de transformação da sociedade (CARVALHO; NETO, 2007, p. 21-22).

Nesse sentido, o conceito de cotidiano é global. Mas o que é a vida cotidiana? Carvalho e Netto (2007, p. 26) nos apontam que cotidiano é uma esfera precisa, é a esfera do homem concreto, onde o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução desse homem singular cria também condições para sua reprodução social. Isso significa que, no cotidiano, “o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social”.

Em Lukács, os autores identificam as determinações fundamentais da cotidianidade: a **heterogeneidade** (a vida cotidiana resulta da interseção de diferentes atividades, como trabalho, lazer, linguagem, vida privada, vida política etc.), que compõe o conjunto das objetivações do ser social; a **imediatez**, relativa à ação do homem no cotidiano, à sua resposta imediata diante dos acontecimentos – “a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata”; e a **superficialidade extensiva**, uma vez que a heterogeneidade e a imediatez da vida cotidiana implicam a resposta do indivíduo às situações específicas “levando em conta a somatória dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam” (CARVALHO; NETTO, 2007, p. 67).

É, pois, na vida cotidiana que a existência humana se realiza na sua concretude. Por isso, o cotidiano tende a tornar-se uma das categorias centrais para análise das mudanças no curso da história. Heller (2000) afirma que a vida cotidiana é o espelho da história e que, muitas vezes, as mudanças nela se expressam, antes mesmo que se concretize a revolução social em nível macroscópico. Carvalho e Netto (2007, p. 14) observam que a vida cotidiana é percebida e representada de forma diversa: “a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias; um mundo de alienação; um espaço do banal, da rotina e da mediocritidade; um espaço privado de cada um rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões, [...]”. Guimarães (2002) ressalta que a rotina dos indivíduos é considerada como característica da vida cotidiana, um apontamento das particularidades humanas. Nesse sentido, considera-se que as atividades desenvolvidas no dia a dia são formas de entender como as pessoas pensam, agem e se relacionam em sociedade.

Conforme pontuam Silva et al. (2010), a discussão sobre rotinas é muito pertinente para verificar mudanças nas organizações familiares. Os estudos de Souza (2011), de Boehs e Fernandes (2013), de Pontes (2013) e de Costa (2015) apontam mudanças significativas nas rotinas familiares dos indivíduos remanejados dos seus locais de moradia. Souza (2011), por exemplo, ao estudar os impactos do remanejamento na vida das famílias residentes na área de intervenção no projeto Vila da Barca⁶, registrou, em suas rotinas, alterações significativas ligadas à dificuldade de acesso aos serviços públicos, à quebra de vínculos, à insegurança de moradia e à perda de trabalho.

Boehs e Fernandes (2013) chamam a atenção para a importância da moradia na previsibilidade da rotina familiar. Os autores demonstram que, no remanejamento, tanto a reconstrução, como a aquisição de moradia – assim como os compromissos econômicos e sociais – são as tarefas que mais influenciam na organização dessa rotina, pois permitem maior previsibilidade e regularidade na vida em família. Resultados semelhantes foram alcançados por Costa (2015) em seu estudo sobre a adaptação das famílias em novas unidades habitacionais e locais de moradia após o remanejamento, ao identificar as alterações e adaptações das rotinas familiares de acordo com as novas necessidades de organização no novo lugar de morada.

Fator também importante a ser considerado nos estudos da vida cotidiana das famílias em situação de remanejamento é sua condição socioeconômica. De acordo com Pontes (2013), o fator socioeconômico aparece como uma variável ligada diretamente à mudança de rotina familiar. Os resultados encontrados pelo autor em sua pesquisa indicaram que os trabalhadores com menor salário – e que são chefes de família – tendem a apresentar menor previsibilidade nas atividades no dia a dia, como na casa ou na escola. Isso demonstra uma relação direta entre a condição socioeconômica e a estabilidade nas rotinas familiares.

Nos estudos sobre o remanejamento, as mudanças nas condições socioeconômicas e o agravamento da situação de empobrecimento das famílias aparecem como principais efeitos. Cernea (2004), em sua teoria de empobrecimento causado por situação de remanejamento, identificou oito maneiras de caracterizar esse processo, sendo quatro relativas a perdas (perda da terra, do emprego, da moradia e do acesso aos recursos de propriedade comum), e quatro relativas à marginalização, à insegurança alimentar, ao aumento da morbidade e à desarticulação da comunidade. Nas famílias da Comunidade Riacho Doce estudadas pela pesquisa foi possível, mediante a investigação das suas rotinas, identificar as maneiras pelas quais o empobrecimento se concretizou em seu cotidiano.

Considera-se, portanto, que o estudo da rotina familiar pode evidenciar as mudanças ocorridas no cotidiano, permitindo apreender os efeitos causados pelo remanejamento forçado nas condições de reprodução social das famílias atingidas pelas obras de intervenção urbanística.

Remanejamento e mudanças na rotina das famílias da comunidade Riacho Doce

A intervenção urbanística e de produção habitacional em execução na comunidade Riacho Doce, primeiramente denominada de Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDLRDP), iniciou-se no ano de 2001, com o objetivo de atender 2 (duas) comunidades – Riacho Doce e Pantanal. As obras previstas para a comunidade do Pantanal foram concluídas entre final de 2003 e início de 2004, ficando pendentes as construções habitacionais da comunidade Riacho Doce. De 2001 até 2017 já decorreram 16 (dezesesseis) anos de execução de projeto, sem previsão de conclusão.

Nesse período, houve meses de obras paralisadas; mudança na gestão do contrato de financiamento, que passou do governo municipal (via Secretaria de Saneamento do município de Belém - SESAN) para o governo estadual (via COHAB); cancelamentos de contratos com as empresas construtoras e novas licitações para continuidade das obras; terceirização do Trabalho Técnico Social (TTS), com várias reprogramações de prazo e aditamentos contratuais e, posteriormente, seu retorno à execução na modalidade de administração direta pela COHAB⁷.

O projeto urbanístico previu obras de infraestrutura, saneamento e produção habitacional. Seguindo as orientações gerais de evitar o reassentamento das famílias em locais longe de sua área de origem, foi prevista a construção das unidades habitacionais na própria comunidade do Riacho Doce. Contudo, a falta da oferta de áreas vazias levou à retirada provisória das famílias visando à abertura de áreas para construção. Ocorre que tal provisoriade tornou-se demasiadamente prolongada para algumas famílias.

As primeiras ações de remanejamento aconteceram no ano de 2001, em decorrência do incêndio que afetou diretamente 100 famílias da comunidade Riacho Doce, as quais foram deslocadas para um alojamento provisório, ali permanecendo por cerca de um ano. Após esse período, elas foram inseridas no programa de auxílio-moradia⁸. Segundo a COHAB, até 2017 havia 382 famílias recebendo esse auxílio.

Os reassentamentos iniciais ocorreram no ano de 2009, com a entrega de dois blocos de apartamentos, cada um com 16 unidades. Em novembro de 2017, foram entregues mais 32 unidades habitacionais. Ou seja, das 382 famílias remanejadas, 318 ainda aguardam receber suas unidades habitacionais⁹. Quanto ao valor do auxílio-moradia, este não foi suficiente para garantir que as famílias continuassem a residir no mesmo bairro. O alto preço dos aluguéis, inflacionados pela valorização da área,

levou muitas famílias a ter de procurar moradia em bairros mais afastados e, até mesmo, em outros municípios da RMB, como se observará nos casos das famílias estudadas pela pesquisa.

O período, entre a saída da casa de origem e a data do reassentamento, pode ser caracterizado como de transição e de instabilidade para as famílias em situação de auxílio-moradia. As dificuldades e o sofrimento vividos pelas famílias nesse processo de transição podem ser observados mediante o comparativo das alterações das rotinas familiares antes e depois do remanejamento, o que será, na sequência, abordado.

Caracterização geral das famílias estudadas

As famílias da comunidade Riacho Doce, em sua maioria, provêm do interior do estado, conforme se observou naquelas pesquisadas, em que mais de 60% são oriundas de outros municípios, como Abaetetuba, Bujaru, Chaves e Cametá. Quanto aos integrantes da pesquisa, 75% são do sexo feminino e 25%, do masculino. A faixa etária é de 29 a 79 anos, sendo que 62,5% têm idade maior que 50 anos. Quanto à escolaridade dos entrevistados, observou-se maior percentual naqueles com ensino fundamental incompleto (75%), seguido daqueles com ensino médio incompleto (12,5%). Este último percentual (12,5%) também foi registrado quanto ao ensino médio completo. Todos esses dados informados podem ser conjuntamente observados no Quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1: Caracterização das famílias remanejadas da Comunidade Riacho Doce: comparativo entre antes (2014) e depois do remanejamento (2016)

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REMANEJADAS NO PERÍODO DE 2014 A 2016 (RIACHO DOCE-PAC)										
MORADOR ENTREVISTADO	SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE	CIDADE DE ORIGEM	COMPOSIÇÃO FAMILIAR		RENDA FAMILIAR (salário)		OCUPAÇÃO		SITUAÇÃO DE MORADIA (casa)	
			2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016
F1	F, 74, E.F.I	Abaetetuba	família e agregados	família	até 2	até 3	aposentada e vendedor de jornal	aposentada, técnico da sky	própria	alugada
F2	M, 81, E.F.I	Bujaru	família	família e agregados	até 3	até 3	aposentado	aposentado	própria	alugada
F3	M, 71, E.M.I	Bujaru	família e agregados	Família e agregados	até 3	até 1	diarista e aposentado	aposentado	própria	alugada
F4	F	Chaves	família	família e agregados	até 1	até 1	costureira	costureira	própria	própria
F5	F, 31, E.F.I	Belém	família	família	até 1	até 1	construção civil	construção civil	cedida	alugada
F6	F, 34, E.F.I	Cametá	família	família	até 1	até 1	cortador de artefatos	cortador de artefatos	própria	alugada
F7	F, 37, E.F.I	Belém	família	família	até 1	até 1	dona de casa e pedreiro	dona de casa e pedreiro	própria	alugada
F8	M, 56, E.F.I	Belém	família e agregados	família	até 3	até 1	comerciante	comerciante	própria	alugada

F (Feminino); M (Masculino); E.F.I (Ensino Fundamental Incompleto); E.F.C (Ensino Fundamental Completo); E.M.I (Ensino Médio Incompleto).

Fonte: Pesquisa de campo (2014; 2016).

Elaboração: as Autoras (2017).

Com relação à ocupação dos entrevistados, verificou-se que 37,5% são aposentados, 37,5% são autônomos e 25% são profissionais com carteira assinada. No comparativo entre 2014 e 2016, constatou-se que houve uma queda na renda familiar: a média de salário por família, em 2014 (antes do remanejamento), era de dois salários mínimos; em 2016, essa média caiu para um e meio salário mínimo. Destaca-se o caso de F8, em que se observa a mais acentuada queda de renda, com redução de três para um salário mínimo. Esses dados corroboram os resultados de outros estudos, como os de Cernea (2004),

Almeida (2010) e Souza e Santana (2013), que também identificaram queda na renda das famílias pós-remanejamento. Com relação à composição familiar, observa-se um aumento no número de famílias com agregados.

Quanto às mudanças de moradia, observou-se que, antes do remanejamento, as famílias haviam mudado, em média, uma única vez – do interior para a capital, ou de outro bairro para a comunidade do Riacho Doce, situação alterada no pós-remanejamento, quando tiveram de mudar de casa em média duas vezes no período de três anos. Essa situação foi provocada pela provisoriedade habitacional a que foram submetidas as famílias ao terem de passar a residir em casas alugadas. Tais mudanças constantes implicam alterações nas suas rotinas, causando instabilidades e provocando, muitas vezes, transtorno e sofrimento, conforme já apontado por Pontes (2013).

No geral, pode-se caracterizar o perfil dos entrevistados como de baixa escolaridade, com maior concentração na faixa etária acima de cinquenta anos, com renda obtida através de atividades de trabalho informais ou autônomas, ou de suas aposentadorias. São famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, agravada pela perda da moradia, como será observado no estudo das rotinas.

A transitoriedade e a estabilidade nas rotinas familiares pós-remanejamento

Os estudos de Souza (2011), Boehs e Fernandes (2013), Pontes (2013) e Costa (2015) apontam que as mudanças na rotina familiar ocorrem a partir de vários fatores, constituindo-se a moradia um dos principais. Isso fica evidente nos estudos sobre remanejamentos de famílias realizados por Santos (2007), Negrão (2007), Almeida (2010), Souza (2011), Amorin (2011), Cruz (2012), Dias (2012) e Ribeiro (2012).

Pontes (2013) afirma que a estabilidade e a previsibilidade da rotina na vida cotidiana tende a causar menos transtorno na vida das famílias, sendo tal fato relevante também à manutenção, inclusive, da saúde mental de seus membros. Entende-se, pois, que a rotina se apresenta com as mesmas características da vida cotidiana. Ambas não são estáticas, tendem a evoluir e sofrer constante influência das mudanças, sendo essa uma importante variável para apreensão dos efeitos do remanejamento.

Para identificar quais as mudanças ocorridas no cotidiano das famílias estudadas, foram consideradas as atividades realizadas diariamente, as companhias mais frequentes dos entrevistados e os locais mais frequentados. Para a categorização desses três elementos (atividade, companhia e local), considerou-se a representação e a percepção dos próprios entrevistados, obtendo-se, assim como **atividade** (Quadro 2): descanso (DA), higiene (H), alimentação (A), tarefa doméstica (TD), assistir a programas de televisão (TV), lazer (B), conversa e lazer (CO+B), deslocamento (D), evento religioso (ER), atividade programada (AP) e trabalho (T); como **companhia**: parente próximo (PP), amigos (AM), parente próximo e amigos (PP+AM), vizinho (VIZ), colegas de trabalho (COL TRAB); e como **local**: casa, bairro, igreja e trabalho.

Quadro 2: Definições de atividades na rotina familiar dos moradores remanejados

Categoria Atividade	Definições
Descanso (DA)	Momento em que o morador deita para dormir ou para apenas relaxar o corpo antes ou após uma atividade.
Higiene (H)	Incluem-se nesse tipo de atividade todas as tarefas relativas à higiene e ao ato de se vestir, pentear-se, arrumar-se para eventos, etc.
Alimentação (A)	Corresponde às refeições regulares diárias (tomar café, merendar, almoçar e jantar).
Tarefa Doméstica (TD)	Refere-se à limpeza da casa e de áreas, como quintal e calçadas circunscritas à casa, à lavagem de roupa, à preparação de alimentos e a outras relacionadas à manutenção do espaço doméstico.
Assistir a programas de Televisão (TV)	Nessa atividade, as famílias costumam assistir, geralmente, a programas como telenovelas e telejornais.

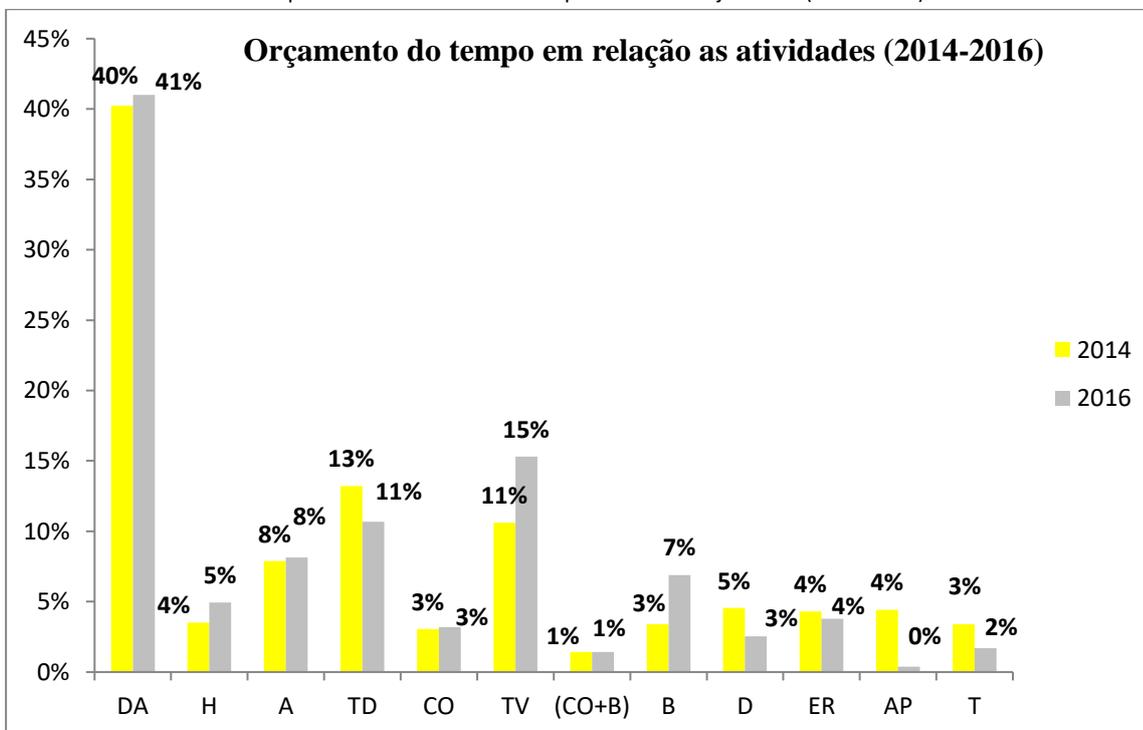
Conversa e Lazer (CO+B)	Atividade associada, em geral, à ação de se deslocar para a feira, a ficar em casa ou em locais próximo à residência, na companhia de pessoas chegadas para conversar (os entrevistados identificam esse ato como de lazer).
Lazer (B)	Atividades praticadas no período de tempo livre e que envolvem o exercício de algum divertimento, entretenimento ou distração, como “conversar”, “jogar futebol”, “visitar parentes”, “ir à feira”, “lanchar com a família”, etc.
Deslocamento (D)	Está relacionado com o tempo que o morador passa caminhando ou se deslocando via automóvel no bairro de moradia ou para outros lugares longínquos, como para a casa de parentes que moram em outros bairros.
Evento Religioso (ER)	Todas as atividades de caráter religioso, desde “orar sozinho” até “participar de um culto”.
Atividade Programada (AP)	Atividades regulares realizadas todos os dias, como trabalhar, levar as crianças à escola, etc.
Trabalho (T)	Atividades referentes ao trabalho informal considerado como principal ou complementar ao sustento familiar, localizadas no ambiente doméstico, como confecção de artesanatos para venda, taverna/bar na casa, etc.

Fonte: Adaptado pelas autoras de COSTA (2015, p. 46-47).

Os dados coletados sobre a rotina dos moradores no período de transição entre o antes (2014) e o depois do remanejamento (2016) apontaram para situações de estabilidades e oscilações no que se refere ao tempo destinado às atividades, à companhia e ao local.

A partir do orçamento do tempo em percentual, concluiu-se que as atividades de descanso (DA), alimentação (A), tarefa doméstica (TD), assistir a programas de televisão (TV) e lazer (B) são aquelas que demandam mais tempo (acima de 5% do tempo diário) dos entrevistados, com destaque para o descanso, que consome cerca de 40% desse tempo e inclui atividades de dormir a sesta da tarde e as horas de sono no período da noite, conforme observado no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1: Percentual do tempo das atividades antes e depois do remanejamento (2014-2016)



DA (Descanso); H (Higiene pessoal); A (Alimentação); TD (Trabalho Doméstico); TV (assistir a programas de televisão); CO+B (Conversa e Lazer); D (Deslocamento, deitar, dormir); ER (Evento Religioso); AP (Atividade programada); T (Trabalho).

Fonte: Pesquisa de campo, 2014; 2016

Elaboração: as Autoras, 2017.

Observa-se, no Gráfico 1, uma oscilação entre 0% a 2%, para mais ou para menos, em todas as atividades, com exceção das atividade TV e lazer (B), em que essa variação chega a 4% para mais em 2016, ou seja, após o remanejamento os entrevistados estão gastando mais tempo com essas duas atividades; já na atividade programada (AP), observa-se variação de 4% para menos no ano de 2016 em relação ao tempo gasto em 2014.

Pode-se pensar que tais dados, a priori, apontam para certa estabilidade na maioria das atividades rotineiras, contudo a mudança no gasto do tempo com as atividades TV, B e AP indicam que houve uma alteração significativa na rotina dos moradores, a qual precisa ser melhor esclarecida.

Relativamente à alteração no gasto de tempo com atividade programada (AP), observou-se, com base nos relatos transcritos a seguir, que tal mudança está diretamente relacionada à perda da atividade de trabalho.

F2: [...] até que com 60 anos me aposentei, aí fique rolando só com essa ajuda, porque não pode mais trabalhar com comércio, sai daqui, piorou a minha situação, por que o aluguel! Agora não tenho como colocar uma venda ou alguma coisa para inteirar, eu já vivo assim todo doente e ficou assim até hoje, ficou pior, sai daqui ficou ruim pra mim, mas o que fazer se a COHAB ainda não decidiu o caso da gente.

F4: E aí, o que acontece? eu me compliquei tudinho, porque aonde eu morava tinha que inteirar o dinheiro do aluguel, tá! O que acontece é que a gente é pobre, mas a gente tem um bocado de coisa, eu trabalho com costura, eu tenho que morar no lugar que tenha um espaço para colocar as minhas máquinas para mim exercer o meu trabalho e lá eu não tinha condições, para lá, para lá, mesmo inteirando o dinheiro, não tinha espaço para isso. [...] eu andei tanto na época, em um compartimento deste tamanho aqui (ela fazia referência ao tamanho da cozinha e sala que era só um cômodo), eu só encontrava de R\$600 reais, as vezes olhava kit net, eu ia olhar, não tinha condições de colocar as minhas coisas lá, porque era um compartimento assim, uma paredinha aqui e só, era R\$600, não tinha condições, entendeu?[...].¹⁰

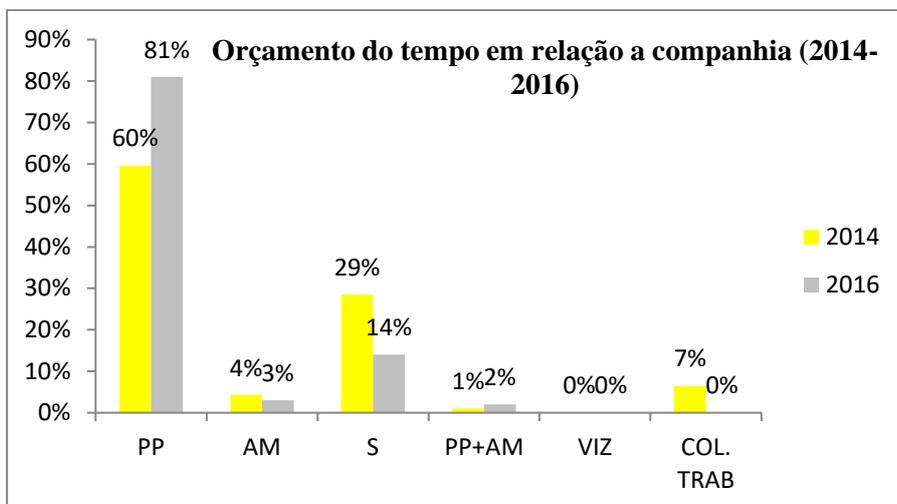
Como se pode notar, é visível a mudança na rotina e nas condições de manutenção econômica das famílias ao se verem obrigadas a mudar de moradia. Nos dois casos (F2 e F4), além da função de abrigo, a moradia era também espaço para desenvolvimento da atividade econômica (pequeno comércio e ateliê de costura)¹¹. Com o remanejamento, ambos ficaram sem condições de continuar exercendo suas atividades geradoras de renda.

As análises sobre o impacto do remanejamento na renda das famílias, também encontradas nos estudos de Almeida (2010) e Souza e Santana (2013), sinalizam o descompasso entre as ações dos projetos governamentais que visam à melhoria das condições de vida das famílias atendidas e suas estratégias de sobrevivência.

A diminuição do tempo com as atividades de trabalho levou ao aumento do tempo gasto com as atividades TV e lazer (B) (ir à feira, fazer compras, andar de bicicleta no bairro, conversar com a vizinhança etc.). Observou-se que os entrevistados classificam, também como lazer, as atividades de compra (ir à feira e aos mercadinhos de bairro) e as conversas com a vizinhança, geralmente à porta de casa ou à janela, em momentos casuais durante o dia.

Essa alteração na rotina levou, também, ao aumento em 21%, no ano de 2016, do tempo gasto na companhia dos parentes próximos (PP) – aqui incluído o tempo de assistir a programas de televisão na companhia dos parentes – e uma diminuição em 15% do tempo em que os entrevistados estiveram sozinhos, conforme observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de tempo relativo à companhia antes e depois do remanejamento (2014-2016)



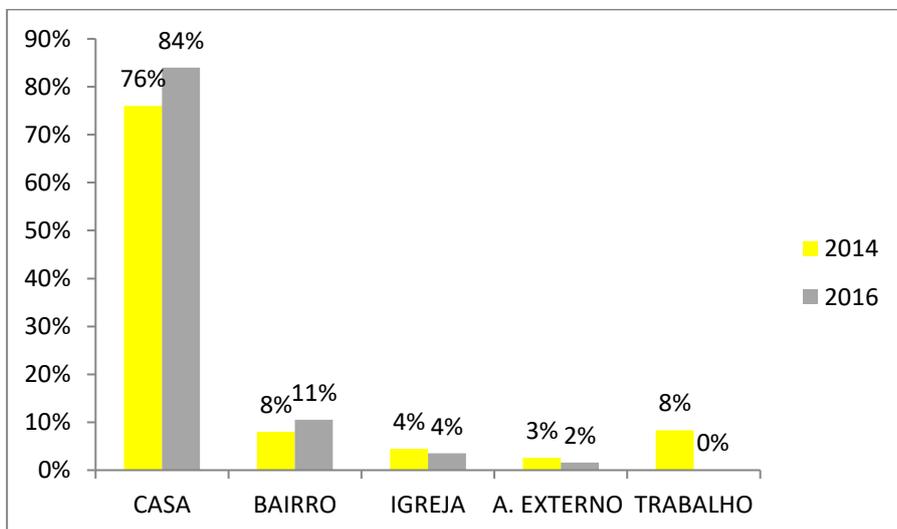
PP (Parente próximo); AM (Amigos); PP+AM (Parente próximo e amigos); VIZ (Vizinho); COL TRAB (Colegas de trabalho).

Fonte: Pesquisa de campo (2014; 2016)

Elaboração: as Autoras, 2017.

Observa-se, ainda, nos dados do Gráfico 2, que o tempo gasto em companhia dos colegas de trabalho apresentou queda de 100% para o ano de 2016. Esse mesmo comportamento pode ser observado no Gráfico 3, a seguir, com relação ao tempo de permanência no local de trabalho.

Gráfico 3: Percentual de tempo relativo ao local antes e depois do remanejamento (2014-2016).



Fonte: Pesquisa de campo, 2014; 2016

Elaboração: as Autoras, 2017.

Os dados sobre o tempo de permanência nos locais apresentados no gráfico 3 mostram que, após o remanejamento, os moradores começaram a passar 41% mais tempo em casa, assim como também em locais no próprio bairro. Isso indica uma restrição da circulação dos entrevistados, em grande parte decorrente da perda de renda econômica. Tais resultados reforçam os dados assinalados por Pontes (2013), em que o fator socioeconômico apareceu como uma variável ligada diretamente à mudança de rotina familiar.

Esses resultados – de diminuição do tempo gasto com a atividade de trabalho, na companhia dos colegas de trabalho e da permanência no local de trabalho, assim como o aumento da permanência em casa – indicam que a maior mudança ocorrida na rotina cotidiana das famílias foi provocada pela perda da atividade de trabalho, o que, por sua vez, levou a uma diminuição da renda familiar, comprometendo ainda mais a capacidade de solvência das famílias. Tal situação decorre da perda de sua moradia por meio do remanejamento, situação agravada pela passagem das famílias à condição de locatárias, como observado nos relatos a seguir:

F2: [...] eu arranjei umas casas ali, mas quando chega o tempo. Aluguel sabe como é, o cara precisou da casa, mas sempre paguei direitinho, eu sei porque o dono precisava. Eu tinha um filho pra fora, trabalhava pra fora, chegou pra ficar comigo, tinha que arrumar uma casa maior, a gente tá pra lá, alugamos pra lá.

F3: Eu sei daí, uns 08 meses mais ou menos, eu disse quer saber diminuiu o meu orçamento, o meu salário e aí aumentou tudo de novo, vou procurar um lugar mais barato, porque o que a COHAB está depositando não dá pra pagar, ainda tenho que inteirar. Eu estou aposentado, mas diminui, fui lá para Marituba aluguei uma casa lá, estou pagando R\$320,00.¹²

F6: fica um tempo numa casa e depois o dono pede para reformar ou pra alguma coisa, ou aumenta o aluguel a gente tem que sair e com muita coisa fica mais difícil. Aí a gente nem compra mais nada pensando já quando a gente se mudar, deixa para comprar só quando tiver a moradia fixa da gente, não é bom não ficar mudando (pausa na fala) mudando, acho que é isso.¹³

O valor do auxílio-moradia foi insuficiente para que as famílias passassem a residir em habitações com espaço adequado ao seu tamanho e, também, adequado às diversas funções de uma moradia no cotidiano. Vale ressaltar que o remanejamento das famílias acarretou o aumento da demanda local por imóveis, o que, por sua vez, inflacionou o preço dos aluguéis, inviabilizando, assim, que essas famílias pudessem garantir uma moradia compatível com as suas necessidades, como relata a seguir o entrevistado F3: “é por causa desse aluguel, esse negócio de prédio, que tem muita gente no aluguel. Eles só querem de R\$500,00 pra cima, R\$ 600,00, R\$ 700,00, R\$800,00, conforme. Aí não tem condições”.

Morar em casa alugada tornou-se um verdadeiro “calvário” para as famílias, uma vez que elas se viram obrigadas a permanentes deslocamentos em busca de uma moradia compatível com suas necessidades e solvência. No caso da entrevistada F4, por exemplo, a situação levou-a ao endividamento na medida em que, mensalmente, precisava complementar o valor do aluguel, fato que provocou sua decisão de reocupar a casa da qual havia sido remanejada¹⁴: “eu não tinha condições mais de adquirir esse dinheiro para continuar pagando aluguel. [...] eu tive que voltar para cá com a minha filha, com o meu neto que já tinha nascido. E a dívida permanece até hoje [...]”.

O auxílio-aluguel (que para o Estado tornou-se a solução para abertura de área com vista à realização de obras de urbanização – possibilitando, assim, o atendimento à diretriz de permanência das famílias nas áreas urbanizadas) para as famílias remanejadas não se mostrou suficiente na garantia de boas condições de moradia. Esse fato vem sendo constatado também em outros estudos, como aqueles realizados por Souza (2011) e por Cruz (2012), cujas análises demonstram que o recorrente atraso no pagamento do auxílio-aluguel agravou a condição de vulnerabilidade social das famílias, inclusive submetendo algumas delas a ações de despejos por falta de pagamento do aluguel do imóvel.

Pode-se afirmar que o remanejamento de famílias em áreas de intervenção governamental, seja provisório ou definitivo, agrava a condição de vulnerabilidade social dessas famílias levando, inclusive, ao aumento da sua condição de pobreza. Ilustrativo desse agravamento é o caso do entrevistado F8, que, na impossibilidade de continuar com seu pequeno comércio, teve uma queda de cerca de 70% na sua renda mensal e, para assegurar um teto para dormir, precisava complementar o valor que recebia de auxílio-aluguel para pagar ao locador. A alternativa que encontrou foi a de lançar mão de seus poucos bens para fazer essa complementação: “[...] eu tinha dois botijões e agora só tenho um [...] eu vendi o botijão numa

vez, para inteirar o aluguel [...] quando não tem, o que acontece? você se desfaz de um bem que você tem em casa, porque se você não se desfaz você vai pra rua, vai parar na rua”.

Os dados da pesquisa confirmam os apontamentos de Cernea (2004), quando este indica a **perda da moradia** como um dos fatores de empobrecimento. De fato, nos casos estudados, essa perda, mesmo que provisória, somada à mudança do status das famílias para condição de locatárias, agravou a sua situação de pobreza. Na impossibilidade de arcar com os valores dos aluguéis, mesmo recebendo um auxílio financeiro do governo, as famílias se viram obrigadas a mudarem diversas vezes e a terem de utilizar seus poucos bens para complementar o valor a ser pago.

A perda de bens móveis e de eletrodomésticos, provocada pela condição de locatário, apresentou-se como uma variável importante para verificar o grau de agravamento de empobrecimento das famílias, como observado nos relatos a seguir.

F2: [...] Vai é destruindo, você muda de um canto para outro, você vai destruindo guarda roupa é tudo, sofá, como eu já perdi tudo que eu tinha só o que você sabe, eu acho que você deve entender como é que é, uma luta.

F4: Exatamente, e aí são espaços que não têm, não são compatíveis com as coisas e aí as pessoas diziam assim: - deixa as coisas! Eu dizia: - como vou deixar as minhas coisas, se eu não tenho dinheiro para comprar outras, né! “Deixa as tuas coisas” mais como vou deixar as minhas coisas (essa fala foi carregada de aborrecimento). [...] O meu fogão é grande, a minha geladeira é grande, a minha cama é grande, tá entendendo? E aí, as pessoas, muitas pessoas diziam para mim: “deixa as suas coisas”. E aí como vou viver sem as minhas coisas? Que são coisas que são úteis para mim, como vou deixar? Vou viver de que forma? [...] Não tem condições, no meu caso assim eu nem faço questão de receber, eu faço questão de ficar sossegada aqui e ninguém está me perturbando né! Porque, eu na minha mudança daqui, eu adquirir uma dívida imensa que eu não tinha, né! Estou devendo até hoje.

F6: [...] a gente ficou lá um ano e pouco e agora a gente está na segunda já, na segunda casa, mais na mudança quebra muita coisa e o pé vai descascando a geladeira, quebrou o guarda roupa que caiu quando fui tirar de lá.

F8: Nessa travessia nós perdemos as coisas, foi quebrando estante, porque isso é de aglomerado, quebrou cama, quebrou mesinhas que a gente tinha cadeira, dessas cadeiras de plásticos, tem só duas, quer dizer o meu fogão que era um fogão grande de quatro bocas e agora estou usando um fogãozinho de duas bocas.¹⁵

A fim de verificar o volume dessa perda, foi realizado um inventário dos bens móveis e dos eletrodomésticos junto aos entrevistados. Constatou-se que, em 2014, as famílias possuíam 177 (cento e setenta e sete) bens duráveis, os quais, em três anos, foram reduzidos para 137 (cento e trinta e sete), isto é, uma perda de 22,6% dos bens no período. Considerando a capacidade de solvência das famílias, o impacto dessa perda é significativo.

Os resultados da pesquisa ratificam os estudos de Cernea (2004), Almeida (2010), Souza e Santana (2013), Pontes (2013) e Costa (2015), que também identificaram o fator econômico das famílias como determinante para a estabilidade em situações de pós-remanejamento. De fato, os prejuízos econômicos, exemplificados pelas perdas de atividades de geração de renda, espaços, bens duráveis/eletrodomésticos, novos compromissos financeiros, novas dívidas (decorrentes do aluguel) dentre outros, deixaram as famílias em pior situação de vulnerabilidade socioeconômica e com dificuldades na reorganização da vida cotidiana.

Para aquelas famílias que desenvolviam atividades de trabalho em sua residência, a perda da moradia significou também a **perda do trabalho** e, por consequência, de condições econômicas para sua manutenção. Cernea (2004) observa que o remanejamento tende a causar a **marginalização** das famílias assim que perdem seu poder econômico ou sua capacidade de produção e reprodução devido à saída do seu local de origem, ficando impedidas de usarem suas habilidades. Nesse sentido, esse capital humano se

torna inútil, causando a insegurança em si mesmo e nos demais sujeitos envolvidos no processo. Nos casos estudados, a perda da atividade de trabalho e o status de locatárias, atribuídas às famílias pela política de urbanização, leva-nos a afirmar que esse processo de transição – entre a casa de origem e a nova moradia ofertada pela política governamental – tende a potencializar a situação de marginalização à qual as pessoas de baixa renda, moradoras de áreas de ocupação, estão submetidas.

Tal afirmativa é reforçada quando se observam as mudanças nas rotinas familiares, indicativas de uma tendência à priorização de atividades privativas do mundo doméstico, como, por exemplo, maior tempo assistindo a programas de TV em companhia de parentes próximos e menos tempo em atividades que envolvam pessoas externas à família. A partir dessas evidências, pode-se afirmar que o remanejamento não causou o desmantelamento do laço familiar. Entretanto, a saída da casa de origem e as constantes mudanças de moradia não possibilitaram a essas famílias a construção de novas relações comunitárias.

Os resultados da pesquisa permitem ainda afirmar que, como estratégia de remanejamento provisório das famílias, a política governamental de utilização do auxílio-moradia (ou auxílio-aluguel) precisa ser revisada e adequada às necessidades dessas famílias quanto: (i) aos diversos usos que elas fazem da moradia (habitação e local de trabalho); (ii) ao tamanho e à composição familiar; (iii) a seus bens e mobiliário; e (iv) ao valor do auxílio recebido, o qual deve acompanhar a valorização do mercado imobiliário local a fim de que as famílias possam ter condições de alugar uma casa na mesma área e, assim, permanecer com os laços de vizinhança, mantendo, também, a rede de solidariedade que garante a sua permanência na cidade.

Considerações finais

Os estudos realizados têm possibilitado identificar a realidade vivida pelas famílias remanejadas, seja na fase de transição, seja no reassentamento, seja nos próprios limites das políticas governamentais, que não apresentam a superação dos determinantes estruturais presentes nos fundamentos das contradições do mundo capitalista, fato já retratado por Engels em sua obra “A questão da habitação”:

aquilo que hoje se entende pela falta de habitação é o agravamento particular das más condições de habitação dos trabalhadores que resultaram da repentina afluência dos trabalhadores às cidades; é o enorme aumento dos aluguéis (...) e, para alguns, a impossibilidade de até encontrar um alojamento (ENGELS, 1988, p.16).

Na cidade capitalista, a habitação nada mais é que uma mercadoria, e o acesso a essa mercadoria depende do poder de compra de cada consumidor. Tal condição leva a uma produção seletiva e segregada da moradia, determinando sua escassez e até sua inexistência para a classe trabalhadora, como aponta o autor.

Para Engels (1998, 2010), a cidade é expressão viva das consequências da desigualdade econômica e social produzida pelas relações de produção capitalistas. Nela a exploração da classe trabalhadora ganha concretude pela relação hegemônica da propriedade privada dos meios de produção, intensificando o processo de subsunção ao capital. Dessa forma, a cidade, como espaço de reprodução social, regida pela lógica de um modelo social e econômico baseado no processo de exploração do trabalho, faz dos trabalhadores pessoas ainda mais pobres. Nesse sentido, a pobreza na cidade também reflete um modelo espacial próprio da sociedade capitalista.

Essa moradia precária e insalubre, existente nos espaços destinados às frações da classe trabalhadora, expressa a essência do processo de segregação espacial que, segundo Lojicine (2007), encontra, na formação de preço da terra urbana, sua principal vertente de seleção social no conjunto da sociedade capitalista, seleção essa refletida na formação dos núcleos urbanos centrais e nas periferias. A segregação espacial é um grave problema nas metrópoles brasileiras. Faz emergir regiões ou bairros muitos

particulares, o que é considerado por Maricato (2003, p.152) como uma das “faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”.

Lojicine (2007) observa que os mecanismos de produção e reprodução do capital demandam um espaço urbano que atenda às necessidades de dinamização da produção, da circulação e do consumo da mercadoria. Nessa direção, os agentes sociais produtores desse espaço assumem posições diferenciadas para seu uso, sendo orientados pela lógica capitalista que determina as formas de apropriação dos núcleos urbanizados. Vale ressaltar que, na perspectiva desse autor, o Estado capitalista não só atua através das políticas públicas, em especial as políticas urbanas, a fim de garantir a reprodução da força de trabalho, como também age no sentido de minimizar as mazelas produzidas pelo modo de produção capitalista. Seguindo nessa mesma perspectiva de análise, Ramos e Sá (2002, p. 154) consideram que a produção da “habitação popular” pode ser analisada como “condição geral imposta à reprodução da força de trabalho, que é fundamental à reprodução do capital”.

Os resultados dos estudos realizados no âmbito da pesquisa “O PAC urbanização de assentamentos precários em cidades Amazônicas: proposta metodológica da avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá (CASAPAAP)” têm evidenciado essa “subcondição” de existência da classe trabalhadora determinada pela relação de exploração e segregação espacial a que se encontra submetida e que predetermina o modelo de habitação a que tem acesso. O estudo de Costa, Perdigão e Cavalcante (2015) sobre famílias reassentadas aponta para as dificuldades de adaptação aos modelos de “habitação popular”. Os autores concluem que, além da renda, a adaptação habitacional ao novo modelo de moradia apresenta-se como uma variável influente na permanência, ou não, das famílias nas habitações construídas pelo Estado. De fato, a “habitação popular” ofertada pelo Estado está adequada à capacidade de solvência das famílias: para os pobres as habitações não precisam atender às necessidades cotidianas da família.

Conclusão semelhante encontram-se em Santos e Costa (2017) que, a partir dos estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), voltados para avaliação de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS), apontaram, em um exercício de síntese das evidências, quatro principais impactos/resultados desse modelo de produção habitacional implementado pelo Estado, a saber: exclusão do direito à cidade; (im)permanência das famílias nas unidades habitacionais; insatisfação com a tipologia habitacional; e descumprimento/insuficiência das normativas dos programas habitacionais.

Tais constatações confirmam que a atual política habitacional implementada pelo Estado brasileiro, ao invés de assegurar direitos, tem causado a exclusão do direito à cidade e a (im)permanência das famílias nas unidades habitacionais que lhes foram ofertadas, mesmo aquela provisória, “assegurada” pelo auxílio-moradia. Fica evidente que esse modelo de produção resulta da própria dinâmica da sociedade capitalista, para a qual a produção da “habitação popular” é fundamental à reprodução do capital.

Referências

- ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: CFCH/NAEA/UFGPA, 1988.
- ALMEIDA, Evandro Mauro Dias de. **Política habitacional em zonas urbanas: O caso do conjunto habitacional Vila da Barca**, em Belém. 2010. 143f. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- AMORIN, Raquel da Silva. **Processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém/PA**. 2011. 131f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo José. Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais: questões conceituais e metodológicas. In: ARENSBERG, Walter Conrad. **Barragens, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, 2000.
- BELÉM (Município). **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal**. Trabalho de Participação Comunitária. Belém, 2001. v. 4.
- BOEHS, Astrid Eggert; FERNANDES, Gisele Cristina Manfrini. Mudanças das Rotinas Familiares na Transição Inesperada por Desastre Natural. **Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 1, jan.-mar. 2013, p. 160-167.

- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2007.
- CERNEA, Michel M. **Impoverishment risks, risk management, and reconstruction: a model of population displacement and resettlement**. Paper presented to the UN symposium on Hydropower and sustainable development, Beijing, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.574.3457&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- COHAB (Pará). **Projeto de Trabalho Técnico Social Riacho Doce**. Belém, 2008.
- COHAB (Pará). **Plano de Remanejamento Riacho Doce**. Belém, 2011.
- COHAB (Pará). **Listagem de beneficiários do auxílio moradia**. Belém, 2017.
- COSTA, Danielen Rodrigues. **Rotinas de moradores no contexto do pré e pós-remanejamento habitacional**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da; PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Argumentum**, v. 7, n. 2, 2015.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. Como vejo minha casa: representações do “espaço-casa” num área de baixada de Belém. In: AMIN, Mário Miguel; XIMENES, Tereza. (org.). **Habitat nos países amazônicos**. NAEA/UNAMAZ/UFPA. Série Cooperação Amazônica 20. Belém, 1998. p. 69-108.
- _____. **Habitação e redes sociais: a lógica do uso da casa em ocupações urbanas**. PAPERS DO NAEA Nº 256. Editora NAEA/UFPA. Belém, 2009. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/24>>. Acesso em: dez. 2017.
- CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- DERENJI, Jussara da Silveira. A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 265-270.
- DIAS, Lucimberg Camargo. Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá (MT). **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p.137-151, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. O não-cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz & Terra, 2000.
- IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará. **Avaliação das intervenções do poder público na questão habitacional do Pará**. Belém, 1990.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARICATO, Hermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n.48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao Projeto de Arquitetura pelo tipo Palafita Amazônico na Vila da Barca (Belém-PA)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2015.
- MUGGAH, Robert. Os deslocados: conceptualizing internal displacement in Brazil. **HASOW Humanitarian Action in Situations Other Than War**, July 2014. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/brazil/os-deslocados-conceptualizing-internal-displacement-brazil>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **A contribuição dos programas oficiais para a consolidação socioespacial de assentamentos informais: uma avaliação do Plano de Desenvolvimento nos Assentamentos do Riacho Doce e Pantanal - Belém/PA**. 2007. 164f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- NUNES, Alan Jonathan. Remanejamento e Rotinas Familiares na Bacia do Tucunduba (Belém-PA). **Pesquisa CASAPAAP, 2017**. Relatório/PIBIC.
- PASSOS, Rosália Maria; PRAXEDES, Nicolle S. L. F de Moraes Brentan. Reinserção em Nova Mutum Paraná e condições de vida dos atingidos pela construção da Hidrelétrica de Jirau em Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.5, n.1, jan./abr. 2013.
- PERDIGÃO, Ana Kláudia et al. **O PAC urbanização de assentamentos precários em cidades amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá**. Relatório de pesquisa. Belém, 2014.

- PEREIRA, Caio Calixto Teixeira. A reorganização do espaço urbano carioca – em destaque o Eixo Madureira-Campinho e seus movimentos sociais. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII. **Anais...** Vitória/ES: 2014.
- PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Relatório de pesquisa: Pobreza e ecologia do desenvolvimento**. UFPA/CNPq. 2013.
- RAMOS, Maria Helena Rauta; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Avaliação da Política de Habitação Popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti. Rumo à triagem: dilemas do conjunto habitacional Bairro Carioca no atual processo de reassentamento de moradores de favelas do Rio de Janeiro. **Seminário URBFAVELAS**. São Bernardo do Campo, SP, 2012, p. 1-18.
- SANTOS, Laira Vasconcelos dos; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Habitação de interesse social no Brasil e a exclusão do direito à cidade. **Sociedade em Debate**, v. 23, n. 1, p. 234-270, 2017.
- SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano no Brasil e a intervenção urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA**. 2007.109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- SANTANA, Joana Valente et al. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e política urbana no município de Belém: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social**. 2006.
- SILVA, Simone Souza da Costa; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SANTOS, Thamyris Maués dos; MALUSCHKE, Julia Bucher; MENDES, Leila Said Assef; REIS, Daniela Castro dos; SILVA; Sarah Danielle Baia da. Rotinas Familiares de Ribeirinhos Amazônicos: uma possibilidade de investigação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, abr.-jun. 2010, p. 341-350.
- SOUZA, Alessandra K. de. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- _____; SANTANA, Joana Valente. Política habitacional e (Im)permanência de famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização Vila da Barca em Belém, Pará. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 171-181, jan./jun. 2013.
- TRINDADE, JR. Saint-Clair. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém**, 1998.
- ZITZKE, Valdir Aquino. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

¹ A pesquisa que resultou na elaboração da dissertação (aprovada pelo Comitê de Ética em 2017, sob o número do Parecer: 2.173.211) esteve vinculada a uma pesquisa mais ampla, denominada “O PAC urbanização de assentamentos precários em cidades Amazônicas: proposta metodológica da avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá (CASAPAAP)”, aprovada no edital do CNPQ/MICIDADES/2012 e renovada no edital CNPQ/ UNIVERSAL/2016, envolvendo os Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social e Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Dados apresentados no Relatório PIBIC de Nunes (2017), realizado no âmbito da pesquisa CASAPAAP.

³ Para a pesquisa, foi estabelecido como critério de inclusão no estudo aquelas famílias: i) que aderiram ao plano de remanejamento como eminência de receber o auxílio-moradia; ii) que tivessem seu endereço pós-remanejamento confirmado para sua fácil localização; iii) cujo informante fosse maior de 18 anos, sendo este o responsável familiar ou o cônjuge deste; e iv) que tivessem assinado o Termo Livre Esclarecido (TLE) da pesquisa CASAPAAP no ano de 2014 (posteriormente, no ano de 2016, foi apresentado outro TLE específico da pesquisa, correspondente à nova etapa visando à produção da dissertação de mestrado).

⁴ Conforme apresentado em Costa, Perdigão e Cavalcante (2015, p. 308), o “Questionário de Adaptação Habitacional (QAH), originalmente denominado de Avaliação Pós-Ocupação (APO), que é um instrumento com abordagem multimétodo (quantitativa e/ou qualitativa dos dados), que possibilita a realização de uma avaliação rigorosa e sistematizada de unidades habitacionais após a sua construção e ocupação. O instrumento sofre alterações após o teste em pesquisa-piloto, possuindo, hoje, a seguinte configuração: I- Sociodemográfico (três subitens); II- Antes e Depois: comparativo entre a casa atual e a anterior (oito itens); III- Situação atual (sete itens); IV- Avaliação e perspectivas (seis subitens). O instrumento conta com 72 assertivas, sendo que 36 delas representam questões que avaliam os níveis de satisfação a partir de uma escala *Likert* (ótimo, bom, regular, ruim), tendo vários itens considerados com esperada influência no processo de adaptação, permitindo ainda averiguar a percepção do morador em relação à casa anterior e à casa atual”. Para esta pesquisa sobre as mudanças no cotidiano foram utilizados os dados sociodemográficos.

⁵ Questionário elaborado pelo grupo de pesquisa em Teoria do Comportamento da UFPA, adaptado para uso na pesquisa CASAPAAP. O IRF teve como objetivo verificar as atividades cotidianas realizadas pelo morador entrevistado no período de dois dias: um dia da semana e, outro, do final de semana. Levantaram-se informações sobre as atividades desenvolvidas, a companhia e o local frequentado no período de 48 horas. As informações obtidas foram registradas observando-se o tempo de 0h-1h até as

23-24hs de cada dia; e, para melhor tabulação das respostas, foi realizada a mensuração em minutos, ou seja, 48 horas ou 2.880 minutos.

⁶ Em 2003, foram aprovados recursos para intervenção urbanística em assentamentos precários na Vila da Barca. O Projeto Vila da Barca objetiva “realizar intervenções físicas de infraestrutura e habitação em uma área de abrangência de 73.110.097 m², prevendo a construção de 624 unidades habitacionais, além de unidades comerciais e de equipamentos comunitários (igrejas, creche, escola de samba etc.)” (SOUZA, 2011, p. 136).

⁷ O primeiro contrato de financiamento foi assinado no ano de 2001 entre a Prefeitura Municipal de Belém – PMB e o Governo Federal/ Ministério das Cidades (MCidades), com financiamento do Programa Habitar Brasil-BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – Programa HBB, no valor de R\$ 10.890,000 (dez milhões oitocentos e noventa mil reais) com meta de atendimento de 889 famílias, período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) governava o executivo municipal (gestões 1997-2000 e 2001-2004). Em 2005, com a ascensão ao executivo municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), as obras paralisam e as relações entre as famílias/comunidade Riacho Doce e a Prefeitura de Belém tensionam-se de tal forma que, em 2006, após intensa mobilização das organizações locais, a comunidade do Riacho Doce recebe a visita da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana vinculada ao Projeto Relatores Nacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Fortalecida pelo resultado de suas mobilizações, a comunidade passou a reivindicar junto ao MCidades o cancelamento do contrato com o executivo municipal e a transferência do financiamento para o governo estadual, na época sob a governabilidade do PT (gestão 2007-2010). Nesse mesmo ano de 2007, a COHAB assina contrato com a CAIXA, via recursos oriundos do “Programa de Aceleração do Crescimento – PPI/PAC – Modalidade Urbanização”, no valor total de R\$ 55.726.641,88 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), divididos em três etapas com contratos diferenciados para atendimento a 2.843 famílias (PERDIGÃO et al, 2014).

⁸ Tipo de auxílio financeiro mensal (valor atual de R\$ 426,23) ofertado às famílias para pagamento de aluguel de imóvel para moradia. Adotado inicialmente com o objetivo de possibilitar a saída das famílias do abrigo provisório, transformou-se em alternativa permanente para viabilizar a retirada das famílias com vistas à abertura de frente de obras.

⁹ Os remanejamentos foram sendo realizados ao longo dos anos, o que pode ser verificado pelo ano de inclusão no auxílio-moradia: em 2009 – 48 famílias; 2010 – 259 famílias; 2011 – 13 famílias; 2012 – 07 famílias; 2013 – 08 famílias; 2014 – 37 famílias (PERDIGÃO, 2014).

¹⁰ Entrevistas realizadas no dia 10 de fevereiro de 2017, na comunidade Riacho Doce, quadra 20.

¹¹ Sobre a representação da casa para os moradores em áreas de ocupação urbana, ver Costa (1998; 2009).

¹² Entrevista realizada no dia 08 de fevereiro de 2017, na Universidade Federal do Pará.

¹³ Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2017, na comunidade Riacho Doce, quadra 21.

¹⁴ Isso foi possível porque a COHAB não fez a derrubada das unidades habitacionais desabitadas.

¹⁵ Entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2017, na comunidade Riacho Doce, quadra 20.